



## CONSELHO GERAL

Exmo. Sr. Provedor de Justiça

C/ conhecimento aos órgãos de comunicação social

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade do Agrupamento, em reunião do dia 11 de maio de 2015, analisou o processo de aplicação do Preliminary English Test for Schools (PET), exame da responsabilidade do Cambridge English Language Assessment, instituto da Universidade de Cambridge.

Considerando:

- **A perturbação do normal funcionamento das atividades escolares.** As atividades relacionadas com a aplicação do PET na escola desenvolveram-se no meio de um ano letivo, surgindo como variáveis externas ao decurso das atividades letivas e não letivas e pondo, portanto, em causa o desejável cumprimento da planificação das atividades escolares. A formação imposta aos professores pelo Cambridge, com a anuência do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), foi realizada com prejuízo das aulas dos seus alunos e de outras atividades relacionadas com o desempenho da sua função docente num período crucial do funcionamento da escola.
- **A mobilização, pelo IAVE, de professores e de recursos públicos para operacionalizar um projeto de uma entidade privada e externa ao sistema de ensino público português.** Em claro prejuízo do cumprimento das tarefas fixadas no seu horário de trabalho e dos compromissos assumidos com os seus alunos, os professores foram obrigados a participar em atividades que, porque não correspondem a conteúdos curriculares estabelecidos nem integram o plano de atividades da sua escola, bem como não têm enquadramento legal no Estatuto da Carreira Docente, só poderiam contar com a sua participação voluntária.

- **O desrespeito do Cambridge English Language Assessment, com a conivência do Ministério da Educação (MEC), pelo sistema educativo português, designadamente pelas instituições de ensino superior responsáveis pela formação e certificação dos professores.** A exigência do Cambridge de os professores de Inglês realizarem formação e uma prova de verificação da sua proficiência linguística sob a supervisão daquela instituição privada estrangeira, significa um profundo desrespeito e desvalorização da formação e graus académicos que as instituições de ensino superior portuguesas lhes conferiram.
- **A falta de transparência do projeto “Cambridge English for Schools PORTUGAL”, designadamente da colaboração entre o MEC e o departamento da Universidade de Cambridge, o Cambridge English Language Assessment.** É do conhecimento público que a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária está a investigar o protocolo estabelecido entre o IAVE e um conjunto de empresas - o *BPI*, a *Connexall*, a *Novabase*, a *Fundação Bissaya Barreto* e a *Porto Editora* - para financiar a realização do PET.
- **O necessário questionamento dos critérios que orientam os cortes na Educação no Orçamento de Estado.** O Conselho Geral do AERBP, quando definiu as linhas orientadoras da elaboração e execução do orçamento de 2015 para este agrupamento de escolas, manifestou o seu repúdio por um Orçamento de Estado que, registando cortes na ordem dos 700 milhões de euros para os ensinos básico e secundário para 2015, põe em causa o exercício da autonomia das escolas e a qualidade do serviço educativo que constitui dever do Estado para com todos os alunos. Causa estranheza, portanto, e tendo em conta a natureza dos cortes efetuados pelo MEC na Educação, o que pode ler-se nas disposições relativas à execução do OE para 2015 relativamente ao PET: *“Durante o ano económico de 2015, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) pode efetuar, com recurso ao procedimento de ajuste direto, a despesa relativa à aquisição de serviços para a realização do teste diagnóstico de Inglês e para a emissão do certificado de proficiência linguística.”* (Decreto-Lei 36/2015, n.º 6, art.º 34º).
- **A imposição às escolas de um conjunto de procedimentos, ditados por uma entidade privada estrangeira,** que, para além do transtorno causado no funcionamento das escolas pela excessiva carga burocrática que implica, apresenta divergências em relação aos previstos nos nossos modelos de avaliação externa (exames nacionais de final de ciclo, provas de aferição ou testes intermédios). Refira-se o secretismo que envolve o exame que, de acordo com o regulamento de aplicação do mesmo, não é público, não podendo ser divulgado ou reproduzido de forma alguma.

- **As dúvidas que se levantam quanto à utilidade, à adequação pedagógica e ao significado do exame em causa no percurso escolar dos alunos**, exame este realizado de acordo com um referencial externo, não em articulação com os programas em vigor, seguidos por professores e alunos, e com as metas curriculares definidas. Refira-se a atribuição de um certificado (com uma validade de curta duração e sem valor real no mundo do trabalho) que, sendo facultativo, é pago pelos pais, pagamento exigido num universo de alunos dentro da escolaridade obrigatória, gratuita e universal.

Face ao exposto, solicita-se a Vossa Excelência que, no exercício das suas funções constitucionais e legais de garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, aprecie a situação e tome as providências adequadas.

Com a maior consideração.

O Conselho Geral do AERBP

Aprovado pelo Conselho Geral em 11 de maio de 2015.

A presidente do Conselho Geral;

Maria Manuela Silveira Silva